Parlamento Europeu
2019-2024

Comissão dos Assuntos Externos

2023/2106(INI)

14.9.2023

PROJETO DE RELATÓRIO

sobre a Estratégia da UE para a Ásia Central
(2023/2106(INI))

Comissão dos Assuntos Externos

Relator: Karsten Lucke

PR_INI

ÍNDICE

Página

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS 3

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU 4

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A Ásia Central é uma região estrategicamente importante para a União Europeia. O empenho da UE na região baseia-se na estratégia para a Ásia Central, adotada em 2019, que incide na promoção da resiliência, da prosperidade e da cooperação regional.

Desde a adoção da estratégia, a região tem sido afetada por fatores externos consideráveis, como a guerra ilegal de agressão da Rússia contra a Ucrânia, a tomada de poder pelos talibãs no Afeganistão e as ambições mundiais da China, bem como a instabilidade interna, especialmente os violentos tumultos no Cazaquistão em janeiro de 2022, a violenta repressão na sequência dos protestos no oblast autónomo de Gorno-Badakhshan, no Tajiquistão, em novembro de 2021 e maio de 2022, e na República do Caracalpaquistão, no Usbequistão, em julho de 2022, e os repetidos confrontos na fronteira entre o Quirguizistão e o Tajiquistão.

O relatório visa abordar as oportunidades e os desafios que surgem perante uma cooperação mais estreita entre a UE e a Ásia Central no contexto das mudanças geopolíticas mundiais e regionais.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

sobre a Estratégia da UE para a Ásia Central
(2023/2106(INI))

O Parlamento Europeu,

– Tendo em conta a Comunicação Conjunta da Comissão e da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, de 15 de maio de 2019, intitulada «A UE e a Ásia Central: novas oportunidades para uma parceria reforçada» (JOIN(2019)0009),

– Tendo em conta as conclusões do Conselho, de 17 de junho de 2019, sobre a nova Estratégia para a Ásia Central,

– Tendo em conta a Comunicação Conjunta da Comissão e da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, de 19 de setembro de 2018, intitulada «Interligar a Europa e a Ásia – Elementos para uma estratégia da UE» (JOIN(2018)0031),

– Tendo em conta a Comunicação Conjunta da Comissão e do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, de 1 de dezembro de 2021, intitulada «A Estratégia Global Gateway» (JOIN(2021)0030),

– Tendo em conta os resultados da 18.ª reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da UE-Ásia Central, realizada em 17 de novembro de 2022, em Samarcanda, que se centrou em encontrar soluções para desafios comuns,

– Tendo em conta o comunicado de imprensa conjunto dos chefes de Estado da Ásia Central e do Presidente do Conselho Europeu, emitido na sequência da segunda reunião regional de alto nível realizada em Cholpon-Ata, em 2 de junho de 2023,

– Tendo em conta o Acordo de Parceria e Cooperação Reforçadas entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Cazaquistão, por outro[1],

– Tendo em conta o Acordo de Parceria e Cooperação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Quirguizistão, por outro[2],

– Tendo em conta a proposta da Comissão, de 13 de junho de 2022, de decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Acordo de Parceria e Cooperação Reforçadas entre a União Europeia, por um lado, e a República Quirguiz, por outro (COM(2022)0277 final),

– Tendo em conta o Acordo de Parceria e Cooperação que estabelece uma Parceria entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do

[1] JO L 29 de 4.2.2016, p. 3.
[2] JO L 196 de 28.7.1999, p. 48.

Tajiquistão, por outro[3],

– Tendo em conta o Acordo de Parceria e Cooperação que estabelece uma parceria entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Usbequistão, por outro[4],

– Tendo em conta os resultados da Conferência UE-Ásia Central sobre Conectividade, realizada em 18 de novembro de 2022, do segundo Fórum Económico UE-Ásia Central, realizado de 18 a 19 de maio de 2023, do quarto Fórum da Sociedade Civil UE-Ásia Central, realizado em 10 de março de 2023, e da sétima Conferência de Alto Nível UE-Ásia Central sobre o Ambiente e os Recursos Hídricos, realizada de 23 a 24 de fevereiro de 2023,

– Tendo em conta o estudo financiado pela UE intitulado «Sustainable transport connections between Europe and Central Asia» (Ligações de transportes sustentáveis entre a Europa e a Ásia Central), levado a cabo pelo Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento e publicado em 30 de junho de 2023,

– Tendo em conta o memorando de entendimento entre a UE e o Cazaquistão sobre uma parceria estratégica no domínio das matérias-primas, baterias e hidrogénio renovável, assinado em 7 de novembro de 2022,

– Tendo em conta os resultados dos diálogos sobre direitos humanos com os Estados da Ásia Central,

– Tendo em conta as suas anteriores resoluções sobre o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tajiquistão, o Turquemenistão e o Usbequistão,

– Tendo em conta o artigo 54.º do seu Regimento,

– Tendo em conta o relatório da Comissão dos Assuntos Externos (A9-0000/2023),

A. Considerando que, desde a adoção da Estratégia da UE para a Ásia Central em 2019, a região tem sido afetada por fatores externos consideráveis, como a guerra ilegal de agressão da Rússia contra a Ucrânia, a tomada de poder pelos talibãs no Afeganistão e as ambições mundiais da China, bem como por uma instabilidade interna, designadamente os violentos tumultos no Cazaquistão em janeiro de 2022, a violenta repressão na sequência dos protestos no oblast autónomo de Gorno-Badakhshan, no Tajiquistão, em novembro de 2021 e maio de 2022, e na República do Caracalpaquistão, no Usbequistão, em julho de 2022, e os repetidos confrontos na fronteira entre o Quirguizistão e o Tajiquistão;

B. Considerando que a Ásia Central é uma região de interesse estratégico para a UE no tocante a segurança, conectividade, diversificação energética e de recursos, resolução de conflitos e defesa da ordem internacional multilateral assente em regras;

C. Considerando que os acordos de parceria e cooperação reforçados (APCR) são acordos

[3] JO L 350 de 29.12.2009, p. 3.
[4] JO L 229 de 31.8.1999, p. 3.

de nova geração que constituem a pedra angular da relação da UE com a Ásia Central;

D. Considerando que a primeira reunião dos dirigentes da UE e da Ásia Central decorreu em Astana, em 27 de outubro de 2022, seguida de uma segunda reunião de natureza idêntica em Cholpon-Ata, em 2 de junho de 2023; que está prevista uma cimeira de dirigentes para 2024; que estas reuniões representam uma maior institucionalização das relações UE-Ásia Central e complementam os trabalhos levados a cabo pelos diálogos e plataformas regionais existentes;

Relação da UE com a Ásia Central

1. Sublinha que a UE e a Ásia Central se veem confrontadas com profundas mudanças geopolíticas a nível mundial e regional, que constituem um incentivo significativo para que ambas se empenhem numa cooperação mais firme e mutuamente benéfica; incentiva a UE a intensificar a sua relação com a Ásia Central, dada a importância geoestratégica da região; congratula-se com o aumento dos contactos de alto nível entre a UE e a Ásia Central, em particular as reuniões entre os chefes de Estado da Ásia Central e o Presidente do Conselho Europeu, e com o trabalho da Representante Especial da UE para a Ásia Central; saúda a intenção de adotar um roteiro conjunto UE-Ásia Central para fazer avançar o diálogo e a cooperação em domínios específicos; incentiva a UE a continuar a promover reformas políticas e económicas que fortaleçam o Estado de direito, a democracia, a boa governação e o respeito pelos direitos humanos;

2. Observa que a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia enfraqueceu a sua posição na região e encorajou a Ásia Central a cooperar com outros intervenientes, os quais intensificaram a sua cooperação com a Ásia Central; sublinha que a UE deve aproveitar esta janela de oportunidade para fomentar uma cooperação mutuamente benéfica;

3. Reconhece que a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e as suas implicações representam desafios, mas também oportunidades para os Estados da Ásia Central, que tradicionalmente mantêm relações próximas com a Rússia; manifesta a sua profunda preocupação com o facto de os Estados da Ásia Central contornarem as sanções da UE contra a Rússia, que têm o intuito de pôr termo à guerra na Ucrânia; insta as autoridades dos Estados da Ásia Central, nomeadamente o Cazaquistão, o Quirguistão e o Usbequistão, a cooperarem estreitamente com a UE, especificamente com o seu enviado para as sanções;

4. Reitera o papel fundamental dos APCR enquanto quadro de cooperação com os Estados da Ásia Central; observa com apreensão que o APCR com o Quirguistão, cujas negociações foram concluídas em 2019, continua por assinar; insta o Conselho e a Comissão a resolverem as questões pendentes e a assinarem sem mais delongas os APCR com o Quirguizistão e o Usbequistão, para que o Parlamento exerça as suas prerrogativas no que concerne à ratificação destes acordos; frisa que a não assinatura de tais acordos após a conclusão das negociações põe em causa a credibilidade da UE enquanto interveniente mundial;

Cooperação regional

5. Sublinha as grandes potencialidades da cooperação mutuamente benéfica em matéria de desenvolvimento sustentável, conectividade, energia, matérias-primas críticas e segurança, sendo a Ásia Central uma região essencial para a conectividade entre o Oriente e o Ocidente; destaca que, para que a Estratégia Global Gateway seja um êxito, a UE deve consolidar os seus planos ambiciosos com ações e mobilizar fundos; salienta a importância de desenvolver o corredor transcaspiano como ligação alternativa entre a Ásia e a Europa e de trabalhar no sentido de atrair investimento e eliminar os estrangulamentos identificados no estudo realizado pelo Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento;

6. Regista as estreitas relações de longa data dos Estados da Ásia Central com o Afeganistão e a evolução do seu diálogo pragmático com os talibãs, que, ainda assim, não reconhecem, desde a tomada de poder destes últimos em 2021; reforça que os Estados da Ásia Central desempenham um papel fundamental na garantia de estabilidade no Afeganistão através da disponibilização de ajuda humanitária, eletricidade, oportunidades comerciais e projetos conjuntos de conectividade; incentiva o Enviado Especial da UE para o Afeganistão a continuar a cooperar estreitamente com os seus homólogos dos Estados da Ásia Central no âmbito do diálogo UE-Ásia Central sobre o Afeganistão; reconhece que a Ásia Central é uma zona crucial para a contenção do extremismo religioso, do terrorismo e das redes de tráfico de droga e que enfrenta uma pressão migratória crescente devido à atual crise humana no Afeganistão;

7. Realça o papel da UE enquanto importante doador de ajuda à região; sublinha a importância de adotar uma abordagem unida como Equipa Europa, pois tal permite criar sinergias e maximizar o impacto das medidas tomadas, além de demonstrar os benefícios da cooperação multilateral; frisa a necessidade de assegurar a visibilidade da assistência e do investimento da UE;

8. Observa que as alterações climáticas, o aumento demográfico e as necessidades económicas exercem uma pressão crescente sobre os recursos hídricos na Ásia Central; salienta a necessidade de uma cooperação regional mais estreita nesta matéria entre os países a montante e a jusante, a fim de evitar conflitos sobre a distribuição e a utilização dos recursos hídricos; congratula-se com as plataformas regionais, como o Fundo Internacional para Salvar o Mar de Aral, que incentivam o diálogo e a cooperação entre os Estados da Ásia Central; recorda que o diálogo ambiental UE-Ásia Central foi criado para apoiar a estabilização do Mar de Aral e promover uma melhor gestão dos recursos hídricos;

Democracia e direitos humanos

9. Exorta os Estados da Ásia Central a respeitarem as suas obrigações em matéria de democracia e direitos humanos, observando que tal respeito está também em consonância com os acordos de parceria e cooperação e com o Sistema de Preferências Generalizadas Mais; sublinha a importância de manter diálogos regulares sobre direitos humanos com os Estados da Ásia Central, uma vez que estes diálogos são um meio para promover o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais e um fórum para levantar questões preocupantes; convida as delegações da UE e as representações dos Estados-Membros na Ásia Central a continuarem a desempenhar um papel ativo no acompanhamento da situação no terreno, trabalhando com os defensores

dos direitos humanos e reagindo às violações dos direitos humanos e às perseguições por motivos políticos, nomeadamente participando em julgamentos e visitando presos políticos;

10. Sublinha as lacunas democráticas basilares persistentes na Ásia Central e destaca o importante papel que a sociedade civil pode desempenhar no apoio às reformas e à boa governação na região; lamenta a abordagem restritiva adotada nas iniciativas legislativas relativamente às organizações não governamentais e aos meios de comunicação social, que reduzem o espaço para as atividades da sociedade civil; constata que os Estados da Ásia Central têm populações jovens e dinâmicas, às quais deve ser dada a oportunidade de participarem de forma significativa na construção do futuro dos seus países; acolhe com agrado as atividades do Fórum da Sociedade Civil UE-Ásia Central e insta a UE a reforçar o seu apoio à sociedade civil;

11. Assinala a necessidade de aumentar a resiliência da Ásia Central contra a desinformação, promovendo meios de comunicação social independentes e conteúdos nas línguas locais, intensificando a literacia mediática e organizando cursos específicos para jornalistas locais; expressa preocupação com o número crescente de detenções de jornalistas e bloguistas e com as ameaças ao encerramento dos meios de comunicação social independentes; insiste na necessidade de assegurar o respeito pelos direitos dos jornalistas, dos bloguistas independentes e dos defensores dos direitos humanos, de lhes ser garantida proteção contra o assédio, as pressões e as ameaças e de investigar todo e qualquer ataque contra eles perpetrado;

12. Manifesta preocupação pelo facto de a violência baseada no género, a discriminação e o assédio das minorias e das pessoas LGTBIQ continuarem a ser generalizados na Ásia Central e exorta os Governos da Ásia Central a impedirem estas violações dos direitos humanos através de legislação e medidas adequadas;

13. Sublinha que a UE deve tirar partido da sua imagem positiva na Ásia Central intervindo mais na diplomacia cultural e pública; defende a promoção dos contactos interpessoais e da mobilidade, oferecendo oportunidades no domínio da educação e da ciência através dos programas Erasmus+ e Horizonte 2020 e aumentando o turismo;

°

° °

14. Encarrega a sua Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão e ao Vice-Presidente da Comissão/Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, bem como aos presidentes, aos Governos e aos Parlamentos do Cazaquistão, do Quirguistão, do Tajiquistão, do Turquemenistão e do Usbequistão.